

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1365717 - PR  
(2018/0241911-4)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA FILHO**  
**ADVOGADOS : MARCELO AUGUSTO DE OLIVEIRA FILHO (EM**  
**CAUSA PRÓPRIA) - PR016640**  
**LEONARDO DE ARAUJO FELIPE - PR081359**  
**AGRAVADO : FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : INGO HOFMANN JUNIOR - PR036431**  
**INTERES. : OLIVEIRA FILHO & OLIVEIRA ADVOGADOS**  
**ASSOCIADOS**  
**INTERES. : OLIVEIRA FILHO & OLIVEIRA COBRANCAS LTDA**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE COM APURAÇÃO DE HAVERES. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE CÁLCULO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. ART. 489, § 1º, IV, DO NCPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Alterar a conclusão do acórdão recorrido, para reconhecer que houve alteração do critério de cálculo para a apuração dos haveres na dissolução de sociedade, na espécie, exigiria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. Não há que se falar em omissão ou negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o Tribunal, clara e fundamentadamente, dirimiu as questões que lhe foram submetidas.

4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator.  
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator